PEDAGOGIA NO AMBIENTE PENITENCIÁRIO: A EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA COM EDUCAÇÃO NO AMBIENTE PENITENCIÁRIO

PEDAGOGY IN THE PENITENTIARY ENVIRONMENT: EDUCATION THAT TRANSFORMS WITH EDUCATION IN THE PENITENTIARY ENVIRONMENT

PEDAGOGÍA EN EL ENTORNO PENITENCIAL: EDUCACIÓN QUE SE TRANSFORMA CON LA EDUCACIÓN EN EL ENTORNO PENITENCIAL

por Michel Ferreira Lima¹ e Juliana Brito Dos Anjos Mattos²

RESUMO

As propostas educacionais descritas neste artigo foram apontadas e descritas mediante as realidades que ocorrem com os internos dentro dos presídios quando não há a oferta, contato com propostas educacionais, e muito menos atuação educacional em nenhum momento e espaço dentro do presídio. A autora desse artigo visou responder ao seguinte problema de pesquisa? Qual a importância da vida educacional dos presos nas penitenciárias e seus direitos, e sobre o real papel do pedagogo na educação curricular e também formal com os presos? Ao saírem, muitos deles, não apresentam o mínimo de condições a nível social, comportamental e até mesmo para ingressarem no mercado de trabalho. Contudo, ainda é pensado, mas pouco também tem sido feito, sobre as políticas públicas para os presos que já cumpriram suas penas, e estão em liberdade, porém até que os mesmos as realizem, o índice de reincidência para os atos criminais nesse tempo é alto, há de serem pensados e realizados projetos educacionais ainda com eles em carceragem. Segundo Gil (1999), a pesquisa para este artigo foi explicativa e bibliográfica. A conclusão dessa pesquisa relatou que o papel do pedagogo nas penitenciárias é indispensável, haja vista que este profissional exerce a primícias da ferramenta para esses indivíduos dentro e fora da prisão: A educação transformadora.

Palavras-Chave: Pedagogo; Importância; Educação Penitenciária

ABSTRACT

The educational proposals described in this article were pointed out and described through the realities that occur with the inmates inside the prisons when there is no offer, contact with educational proposals, much less educational performance at any time and space within the prison. Did the author of this article aim to answer the following research problem? What is the importance of the educational life of prisoners in penitentiaries and their rights, and on the real role of the pedagogue in curricular and also formal education with prisoners? When they leave, many of them do not have the minimum social, behavioral and even conditions to enter the job market. However, it is still thought, but little has been done, about public policies for prisoners who have already served their sentences, and are at liberty, but until they do, the rate of recidivism for criminal acts at that time is high, educational projects must be thought out and carried out with them still in prison. According to Gil (1999), the research for this article was explanatory and bibliographic. The conclusion of this research reported that the role of the pedagogue in the penitentiaries is indispensable, given that this professional exercise the first tool for these individuals inside and outside the prison: Transformative education.

Keywords: Pedagogue; Importance; Education Penitentiary

RESUMEN

Las propuestas educativas descritas en este artículo fueron señaladas y descritas por las realidades que ocurren con los internos dentro de las cárceles cuando no hay oferta, contacto con propuestas educativas, y mucho menos desempeño educativo en cualquier momento y espacio dentro de la prisión. El autor de este artículo intentó responder al siguiente problema de investigación. ¿Cuál es la importancia de la vida educativa de los presos y sus derechos, y sobre el papel real del pedagogo en la educación curricular y también formal con los presos? Cuando se van, muchos de ellos no tienen las condiciones sociales, de comportamiento e incluso mínimas para ingresar al mercado de trabajo. Sin embargo, todavía se piensa, pero se ha hecho poco, sobre las políticas públicas para los presos que ya han cumplido sus condenas y están

¹ Graduado em Educação Física pela UCB, Graduado em Marketing pela UNESA, Mestre em Motricidade Humana pela UCB e Doutor em Medicina do Esporte pela Universidad Catolica Nuestra Senora de La Asuncion. E-mail: professormichellima31@gmail.com

² Graduada em Pedagogia pela Faculdade Internacional Signorelli e Mestranda em Letras e Ciências Humanas pela UNIGRANRIO. E-mail: gurgelgestor@gmail.com

10 | PEDAGOGIA NO AMBIENTE PENITENCIÁRIO: A EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA COM EDUCAÇÃO NO AMBIENTE PENITENCIÁRIO

en libertad, pero hasta que lo hagan, la tasa de reincidencia por actos criminales en ese momento es alto, los proyectos educativos deben ser pensados y llevados a cabo con ellos aún en prisión. Según Gil (1999), la investigación de este artículo fue explicativa y bibliográfica. La conclusión de esta investigación informó que el papel del pedagogo en los centros penitenciarios es indispensable, dado que este profesional ejerce la primera herramienta para estas personas dentro y fuera de la prisión: la educación transformadora.

Palabras clave: Pedagogo. Importancia. Educación Penitenciaria

1. INTRODUÇÃO

A educação e o acesso à educação é um direito de todo ser humano. Pode ser vista também com um privilégio, porém não é somente, mesmo que para alguns seja ótimo e para outros não seja tão interessante na sua trajetória de vida, a educação é direito descrito por lei, a qualquer momento o acesso pode ser viabilizado.

‘Constituição Federal de 1988, afirma no Artigo 205, que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho”. Estabelece ainda no Artigo 208, Inciso I, a garantia da “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

Assim como a educação é acessível, mediante ao currículo e suas propostas pedagógicas, o lugar também deverá estar disponível fisicamente para que haja uma educação efetiva.

Este artigo tem como temática, a educação penitenciária, um ambiente não escolar, de acesso para cidadãos que pelos seus atos errôneos e contra a sociedade em geral, ficam sujeitos e submetidos a ordens internas da penitenciária e as leis que asseguram a permanência de cada um que por ali estiver.

Por certo ponto de vista, parece que ambos estão caminhando na contramão: Educação e Prisão, pois ambos contextualizam diferentes propostas. A educação propõe o interacionismo social comum, normal diariamente, uma formação livre, contínua, com acessibilidades globais.

Há um órgão competente que está vinculado ao ministério da educação que promovem, ações educativas, projetos, cursos...Este órgão chama-se Depen.

“O **Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)** é o órgão executivo que acompanha e controla a aplicação da Lei de Execução Penal e das diretrizes da Política Penitenciária Nacional, emanadas, principalmente, pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP.”

De outro ponto, a prisão se opõe a essas demandas, uma vez que o encarceramento priva o indivíduo de ter todos os tipos de acessos pessoais, interação global, aprendizados em locais diferentes, entre outros fatores.

Porém, ainda que haja convergências específicas, no geral, há uma complementação entre os sistemas, tanto o educacional, quanto o penitenciário, que de fato, é de suma importância, pois o que priva o interno de fazer ou de ir é a sua carceragem, existindo o modelo educacional curricular e/ou informal dentro das prisões, a educação torna-se aliada aos presos, a fim de trazer o que esta fora, no que tange ao modelo e as propostas educacionais para dentro do sistema prisional, promovendo, fazendo acontecer uma educação eficaz, efetiva e, além disso, transformadora.

Uma educação transformadora é um dos caminhos para a ressocialização dos presos, Segundo Sader (2007, p.80) “educar é um ato de formação da consciência – com conhecimentos, com valores, com capacidade de compreensão”.

Com isso, as prisões necessitam ter acessos educacionais, não somente executado por estar previsto em lei, mas sim por ser executado de forma plena, certa, digna, lúdica, de todas as formas possíveis para a real transformação e aprendizagem acontecerem.

Ressaltando Freire (1987, p.87): “Educação não transforma o mundo”. Educação muda às pessoas. Pessoas transformam o mundo.”

Diante disto, o objetivo deste artigo é descrever sobre a importância da vida educacional dos internos nas penitenciárias e seus direitos, e o papel do pedagogo na educação curricular formal com os internos.

2. A IMPORTÂNCIA DA VIDA EDUCACIONAL DOS PRESOS NAS PENITENCIÁRIAS E SEUS DIREITOS

Uma das principais importâncias entre muitas, sobre a vida educacional dos presos, é a própria educação ser a melhor, e talvez a única proposta correta de fazer a condução dos presos dentro e fora da prisão.

“a aprendizagem desperta processos internos de desenvolvimento que somente podem ocorrer quando o indivíduo interage com outras pessoas”. OLIVEIRA (1992, p. 33)

A maneira de colocar em prática as ações, atos positivos uns com os outros dentro do presídio, os condicionam a manter a prática quando estiverem em liberdade perante a sociedade novamente.

Entendendo que a Educação é transformadora, a participação dos presos em atividades pedagógicas, como:

- Idas constantes à biblioteca para obter mais relações com os livros, seja para leituras ou até mesmo por conhecimentos dos tipos de livros que existem,
- Participações assíduas nas aulas que forem oferecidas sejam elas para os analfabetos, semianalfabetos ou os presos que estão dando continuidade no ensino curricular.
- Trabalho coletivo, a fim de ensinar sobre a importância de estar em união, em equipe, apresentando as regras, enfatizar que os indivíduos são diferentes, e o respeito permeia nesse conceito.
- Promover independente da idade dos presos, atividades lúdicas, afinal também se aprende brincando.
- Relacionar conceitos sociais interdisciplinarmente nas atividades produzidas.
- Orientar e preparar cada preso nos aspectos comportamentais enquanto ser humano individual e em sociedade, sejam em atividades realizadas por eles ou por contação de histórias, explicações didáticas, roda de conversa.
- Criar e manter rotinas. Elas podem conter ideias dos presos, de forma a promover a democracia e a autonomia, sendo formado assim um combinado a ser seguido, que seja

12 | PEDAGOGIA NO AMBIENTE PENITENCIÁRIO: A EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA COM EDUCAÇÃO NO AMBIENTE PENITENCIÁRIO

possível, interessante, saudável, normal, regular, bom para todos, sem afetar a penitenciária, o andamento dos trabalhos realizados, com respeito ao lugar e as pessoas no geral.

- Dependendo dos recursos do presídio, utilizar computadores, televisão para multidisciplinar o conhecimento transmitido.
- Apresentar atividades extras seja através da arte, cultura, lazer, atividade físicas, sempre englobando a proposta pedagógica como base.
- Entre outros.

As atividades acima citadas servem não somente como exemplos, mas são ótimas ferramentas de inclusão educacional. Sendo executadas, fazendo um trabalho qualificado sem pré-julgamento dos aprendentes, ou seja, dos presos, a transformação para melhor, acontece naturalmente no decorrer do processo educacional, seja pouco, seja muito, ou total, a transformação acontece, pois além de ser uma base forte da educação o ato de transformar, ninguém é o mesmo após aprender algo novo.

Vale ressaltar, a importância do trabalho multidisciplinar entre os profissionais envolvidos na penitenciária, sejam da educação, psicólogos médicos, até mesmo os profissionais direto do presídio, como: diretores, agentes penitenciários. Pois, o tratamento verbal, pessoal, emocional, social, realizado diretamente e indiretamente com os presos influencia também o processo educacional, haja vista, que mesmo que eles avancem em uma área da vida enquanto em cárcere, se outra área estiver defasada, comprometida negativamente, por exemplo, há chances de acontecer um processo incompleto, que possa vir a causar um efeito dominó, caso seja visto como irrelevante o que aflige o preso há permanecer e prosseguir o caminho que estava trilhando para a sua transformação de vida.

A autora deste artigo enfatiza finalizando sobre a importância educacional na vida dos presos dentro dos presídios, mediante o início da implementação para a ressocialização dos presos, ser feita na própria penitenciária, e não somente esperar a liberdade concedida á eles, para começar a inserção dos conceitos, projetos, práticas para o retorno da vida cotidiana em sociedade.

O processo curricular Há presos que por algum motivo durante a sua trajetória de vida, não cursaram em nenhum momento ano letivo escolar, vulgo os analfabetos, semianalfabetos, letrados. Para estes, há um programa chamado: Programa Brasil Alfabetizado (PBA), trabalhado em todo o território nacional, com a parceria do ministério da educação (MEC), e o ministério da justiça, (MJ), a fim de elevar a escolaridade, por meio de propostas pedagógicas implementadas. E há também presos que não continuaram os estudos. Neste caso, ainda que preso, é desposto por lei dentro da penitenciária, o oferecimento à inclusão deste preso a retomada dos estudos, seja ele obtendo qualquer idade.

Assim, ao se tratar da educação em prisões como direito inalienável da pessoa presa, faz-se necessário entender a relação desse direito com outros, como saúde, trabalho, renda e segurança, para, ao reconhecer a centralidade da educação, não cair na contradição de depositar nesta a responsabilidade de resolver, por si só, o problema da violência e da criminalidade e de — habilitar a pessoa privada de liberdade para a sua reentrada na sociedade. (IRELAND, 2011, p. 23).

Não somente acesso a educação formal, mas entre outros programas e projetos educacionais também são segurados ao preso, como alguns citados logo abaixo:

- EJA (Educação de Jovens e Adultos)
- PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego)
- ENCCEJA (Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos)
- ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio)

3. O PAPEL DO PEDAGOGO NO REGIME CARCERÁRIO

As prisões necessitam ter acessos educacionais, não somente executado por estar previsto em lei, mas sim por ser executado de forma plena, certa, digna, lúdica, de todas as formas possíveis para a real transformação e aprendizagem acontecerem. Esse é um dos papéis fundamentais do pedagogo, fazer valer a educação, isso pode acontecer em qualquer lugar, principalmente nas prisões.

‘Lei de Execução Penal (n.º 7.210/1984), define em seu Artigo 1º, que o objetivo da execução penal é efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. Define ainda no Artigo 10 que a assistência ao preso e ao internado (no qual se inclui a assistência educacional) é dever do Estado e objetiva prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. ’ DEPEN.

Outro papel de atuação importante do pedagogo nesse ambiente é o trabalho de mediação. Fazendo ponte entre o saber e a pedagogia social de envolvidos no processo de ensino, ou seja, mediar os conflitos que impede o aprendizado, mediar às interações pessoais negativas, através da escuta e conversa, trazendo sempre propostas educacionais para melhoria do ambiente e das pessoas, enfim, mediação entre o indivíduo e suas questões com o meio.

O exemplo impulsiona ou afunda, e a educação é o caminho preponderante para a tomada da decisão certa. O pedagogo soma sempre na vida de qualquer indivíduo disposto a aprender. Nas prisões em si, os presos buscam o conhecimento não somente por interesse próprio pelo aprendizado curricular, mas também por saber que estando inseridos nos estudos ali oferecidos, há redução na pena proposta pelo crime cometido. Ainda que seja somente pela redução da sua pena, de alguma forma haverá ganhado na vida dele, pelo tempo de interação com o profissional, com as atividades, com os livros entre outros.

É função do pedagogo atuante nos presídios serem neutros, também a responsabilidade de não fazer um trabalho obrigatório somente, mas satisfatório, buscando sempre a melhoria e avanço dos indivíduos que estão sobre seus trabalhos, pois o ambiente e tudo que ocorre nele, de certa forma são automático, feito por obrigação. Humanizar, trazer propostas educacionais, tratamento pessoal respeitoso, fará a diferença, e isso é o forte, e o que torna possível a educação transformadora.

A Seguir há o entendimento e as ressalvas da lei sobre a redução da pena por estudo:

Art. 1º Os arts. 126, 127, 128 e 129 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

14 | PEDAGOGIA NO AMBIENTE PENITENCIÁRIO: A EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA COM EDUCAÇÃO NO AMBIENTE PENITENCIÁRIO

§ 1º A contagem de tempo referida no **caput** será feita à razão de:

I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;

II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.

§ 2º As atividades de estudo a que se refere o § 1º deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados.

§ 3º Para fins de cumulação dos casos de remição, as horas diárias de trabalho e de estudo serão definidas de forma a se compatibilizarem.

§ 4º O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remição.

§ 5º O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação.

§ 6º O condenado que cumpre pena em regime aberto ou semiaberto e o que usufrui liberdade condicional poderão remir, pela frequência a curso de ensino regular ou de educação profissional, parte do tempo de execução da pena ou do período de prova, observado o disposto no inciso I do § 1º deste artigo.

§ 7º O disposto neste artigo aplica-se às hipóteses de prisão cautelar.

§ 8º A remição será declarada pelo juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa.” (NR)

“Art. 127. Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.” (NR)

“Art. 128. O tempo remido será computado como pena cumprida, para todos os efeitos.” (NR)

“Art. 129. A autoridade administrativa encaminhará mensalmente ao juízo da execução cópia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando ou estudando, com informação dos dias de trabalho ou das horas de frequência escolar ou de atividades de ensino de cada um deles.

§ 1º O condenado autorizado a estudar fora do estabelecimento penal deverá comprovar mensalmente, por meio de declaração da respectiva unidade de ensino, a frequência e o aproveitamento escolar.

§ “2º Ao condenado dar-se-á a relação de seus dias remidos.” (NR).

4. CONCLUSÃO

A Conclusão desta pesquisa relata que, todavia, em todas as penitenciárias deve existir o profissional de pedagogia. O pedagogo possui a educação ao seu favor como instrumento de trabalho e atua na função de educar de maneira generalizada na vida do ser humano, seja na educação formal

ou informal, curricular ou social, ou em qualquer área e momento que necessite de inserção ou resgate no âmbito educacional.

Portanto, as penitenciárias devem fazer valer a lei que concede aos presos o direito à educação, mais do que estar prevista em lei, deve estar oferecida de maneira responsável, diária e até mesmo lúdica a estes indivíduos.

Independente do ato criminal realizado por eles, a educação é eficaz e transformadora há qualquer um e em qualquer lugar. Não há ser humano que perca por aprender mais, por estar em contato com livros didáticos, por estar recebendo educação cognitiva, moral, social... O preso é o indivíduo que necessita ganhar em e com a educação, tão pouco custará ao estado, a sociedade e até mesmo a ele próprio o preço por estar sendo orientado e educado por uma educação real e válida.

Em seu estado de total eminência de liberdade, jamais pode estar sem contato com a educação.

A autora também visou ressaltar, que o pedagogo deve estar ciente e preparado para os desafios que possa vir a enfrentar no ambiente penitenciário, e também durante o processo do trabalho que irá realizar com os presos.

Não basta somente querer, mas já é um início de aceitação para o início de o trabalho seguir, também fazer valer, com a ajuda dos protagonistas envolvidos no funcionamento da penitenciária, para que nada fique resistente, de difícil realização ou até mesmo impossível.

REFERÊNCIA

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SADER, Emir. Contexto histórico e educação em direitos humanos. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. (Orgs.). Educação em direitos humanos: Pedagogia do oprimido. (1987). 30., Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, P. (1983). **Educação e mudança**. 7., Rio de Janeiro: Paz e Terra.

OLIVEIRA, V. **Teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.

<http://depen.gov.br/DEPEN> Constituição Federal de 1988.Redação dada pela (Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

Lei de Execução Penal (n.º 7.210/1984) Resolução CNPCP nº 03/2009 Resolução CNE/CEB nº 02/2010, Lei nº 12.433/2011Decreto nº 7.626/2011Recomendação CNJ nº 44/2013 <https://www2.camara.leg.br/>.

GADOTTI, M. (1984). **A educação contra a educação**: o esquecimento da educação e a educação permanente. 3., Rio de Janeiro: Paz e Terra.

THOMPSON, AUGUSTO. (1980). **A questão da penitenciária**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense.

Vigiar e punir: (1998). Nascimento da prisão. Trad. de Raquel Ramalhete. 18., Petrópolis: Vozes.

Constituição da República Federativa do Brasil: (1995). Promulgada em 5 de outubro de 1988. 26 Edição atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2007.

Brasil, **Lei Nº 9.394, 20 dez. 1996**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional.